

**ENSINO A DISTÂNCIA: DO SURGIMENTO À CONTEMPORANEIDADE E SUA UTILIZAÇÃO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL*****DISTANCE LEARNING: FROM ITS ORIGINS TO CONTEMPORANEITY AND ITS USE IN THE ORGANIZATIONAL CONTEXT******EDUCACIÓN A DISTANCIA: DESDE SU SURGIMIENTO HASTA LA CONTEMPORANEIDAD Y SU UTILIZACIÓN EN EL CONTEXTO ORGANIZACIONAL***Márcio Reis Felix de Souza¹

e757527

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i5.7527>

PUBLICADO: 05/2026

RESUMO

O presente trabalho apresenta um apanhado geral sobre o desenvolvimento histórico do Ensino a Distância (EAD), no Brasil e no mundo, bem como sua utilização no contexto organizacional. Este estudo foi realizado a partir da prospecção de dados na internet e em publicações eletrônicas, assim como pesquisa bibliográfica em bibliotecas universitárias. O Ensino a Distância deixou de ser considerado como tendência na formação de alunos, passando a integrar o cotidiano da educação no Século XXI. O EAD possibilita acesso ao conhecimento a maior número de alunos, desde aqueles que se encontram em grandes centros urbanos, assim como de pessoas que moram em localidades afastadas das grandes cidades. Este artigo tem como objetivo lançar luz sobre a modalidade de Ensino a Distância, seu percurso histórico, o uso do EAD na formação de estudantes em cursos de extensão, graduação e pós-graduação, assim como sua utilização em ambientes corporativos, por empregados de empresas dos mais variados portes.

PALAVRAS-CHAVE: EAD. Ensino a Distância. Educação corporativa.**ABSTRACT**

This paper presents an overview of the historical development of distance learning (DL) in Brazil and globally, as well as its application within organizational settings. The research is based on data collected from online sources and electronic publications, as well as by a bibliographic review in university libraries. Distance learning is no longer regarded merely as an emerging trend in student training; rather, it has become an integral part of 21st-century educational practices. Distance learning allows access to knowledge for a larger number of students, from those living in major urban centers as well as those living in remote areas far from large cities. This paper aims to shed light on the distance learning modality, its historical evolution, and its use in the education of students enrolled in extension programs, undergraduate, and graduate program as well as its application in corporate environments, where it is utilized by employees across organizations of varying sizes.

KEYWORDS: DL. Distance Learning. Corporate learning.

¹ Mestre em Psicologia, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, RJ, Brasil. Psicólogo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.



RESUMEN

El presente estudio presenta una visión general sobre el desarrollo histórico de la Educación a Distancia (EaD) en Brasil y en el mundo, así como su utilización en el contexto organizacional. Este estudio fue realizado a partir de la recopilación de datos en internet y en publicaciones electrónicas, así como mediante investigación bibliográfica en bibliotecas universitarias. La Educación a Distancia ha dejado de ser considerada una tendencia en la formación de estudiantes, pasando a formar parte del cotidiano de la educación en el siglo XXI. La EaD posibilita el acceso al conocimiento a un mayor número de estudiantes, tanto aquellos que se encuentran en grandes centros urbanos como personas que viven en localidades alejadas de las grandes ciudades. Este trabajo tiene como objetivo arrojar luz sobre la modalidad de Educación a Distancia, su trayectoria histórica, el uso de la EaD en la formación de estudiantes en cursos de extensión, grado y posgrado, así como su utilización en entornos corporativos por empleados de empresas de diversos tamaños.

PALABRAS-CLAVE: EAD. Educación a Distancia. Educación corporativa.

1. INTRODUÇÃO

Paralelamente ao aumento do acesso à informação ocorrido nas últimas décadas, graças ao uso da internet e da diminuição dos custos para aquisição de computadores, verificou-se também o crescimento do número de alunos inscritos em cursos de ensino a distância. Embora autores como Carvalho, Magano e Bernardes (2025) considerem que houve aumento indiscriminado de cursos de Educação a Distância (EAD) nos últimos anos, esta modalidade de ensino consolida-se como uma das principais estratégias contemporâneas de democratização do conhecimento, ampliando oportunidades educacionais em diferentes níveis socioeconômicos.

No ano de 2020 registrou-se pela primeira vez o maior número de alunos matriculados em cursos *on-line*, superando o quantitativo de alunos inscritos em cursos presenciais. Segundo dados do Censo da Educação Superior daquele ano, os cursos de graduação a distância apresentavam um total de 2 milhões de alunos inscritos (53,4%), enquanto o número de participantes em cursos presenciais somava 1,7 milhões de estudantes (46,6%) (INEP, 2020). Esse movimento, entretanto, não surgiu de maneira abrupta. Foi constituído do desdobramento de um processo histórico de consolidação do Ensino a Distância no Brasil e no mundo. Para compreender as particularidades dessa modalidade de ensino, torna-se essencial analisar seu papel no cenário da educação atual e na qualificação de estudantes e trabalhadores.

As primeiras experiências com o Ensino a Distância datam do século XV, com a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg (Bastos, 1999). No Brasil, o uso desta modalidade de ensino data do início do século XX, quando cursos por correspondência eram oferecidos sem a exigência de escolaridade de seus alunos (Miranda, 2024). Ao longo do tempo, a Educação a Distância utilizou-se de diferentes recursos tecnológicos, como o rádio, a televisão e mais



recentemente, o computador e a internet, o que evidencia sua capacidade de adaptação às transformações sociais e tecnológicas que surgiram ao longo do tempo.

“Entre as décadas de 1960 e 1970, com o avanço dos meios de comunicação de massa, especialmente o rádio e a televisão, a EAD passou a ser incorporada em programas públicos de grande alcance” (Silva; Maissiat, 2025, p. 5), utilizando novas tecnologias educacionais. Tais transformações contribuíram para o aumento do acesso à educação, especialmente para populações historicamente excluídas dos sistemas formais de ensino. Projetos como o Telecurso e o Telecurso 2000 (Ferraz, 2001), desempenharam papel relevante na democratização do acesso à educação básica e profissionalizante, sobretudo para trabalhadores que não tiveram possibilidade de concluir seus estudos. Tais iniciativas evidenciam que o EAD, mesmo anteriormente ao surgimento da internet, já se consolidava como estratégia educacional, voltada à inclusão social e à qualificação da força de trabalho. Segundo Schuster *et al.* (2025), esta modalidade de ensino permite que a educação seja acessível e democrática a todos, independentemente do local onde o aluno se encontra ou das condições sociais que apresenta. O EAD também permite ao aluno equilibrar compromissos familiares e profissionais, ao mesmo tempo em que participa de seus estudos.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), foi reconhecida de maneira formal a modalidade do Ensino a Distância, no ordenamento jurídico nacional. A partir deste marco legal, observou-se a expansão estruturada do EAD, especialmente no ensino superior e na educação corporativa, acompanhando as demandas do mercado de trabalho e da sociedade da informação.

Em 1996, a LDB nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação para todos os níveis de ensino, coloca o ensino a distância como modalidade utilizada para complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. Na LDB, no seu Art. 87, os municípios foram obrigados a “prover cursos presenciais ou a distância para atender os jovens e adultos com pouca escolarização” (Oliveira *et al.*, 2019).

No século XXI, a Educação a Distância passa a integrar estratégias de expansão do ensino superior e de educação corporativa, através do formato flexível que apresenta, sendo considerada como forma “mais democrática das modalidades de educação, pois utilizando de tecnologias de informação e comunicação, transpõe obstáculos à conquista do conhecimento” (Alves, 2011, p. 90).

Este trabalho tem o objetivo de analisar o desenvolvimento do Ensino a Distância através do tempo e o seu uso na formação de alunos, tanto no contexto escolar como nos ambientes corporativos. De forma específica, busca-se compreender como a evolução tecnológica



influenciou essa modalidade de ensino, identificar seus principais marcos históricos e analisar suas contribuições e limitações na formação educacional e profissional de estudantes.

Como problema de pesquisa, o texto questiona: em que medida e sob quais condições a expansão do Ensino a Distância, mediada por tecnologias digitais, contribui efetivamente para a formação educacional e a qualificação profissional do trabalhador, considerando a relação entre democratização do acesso, qualidade do ensino e as demandas do mercado de trabalho?

O texto tem como objetivo geral analisar o desenvolvimento histórico do EAD e sua aplicação na formação educacional e profissional de estudantes e trabalhadores, considerando os impactos da Educação a Distância dentro do contexto da educação.

Como objetivos específicos, o estudo pretende: a) analisar a evolução do Ensino a Distância através dos tempos; b) identificar o papel das tecnologias no seu desenvolvimento; e c) discutir sua aplicação na educação formal e corporativa.

A justificativa deste trabalho relaciona-se à relevância crescente do EAD nos cenários educacional e organizacional contemporâneos, especialmente mediante as transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas e das demandas corporativas vigentes, que requerem qualificação profissional contínua.

Assim, o texto foi elaborado através de pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise de literatura acadêmica e de documentos oficiais relacionados ao tema, o que permite uma abordagem histórico-analítica do desenvolvimento da Educação a Distância.

Desta forma, o artigo encontra-se estruturado de maneira a apresentar o desenvolvimento histórico do EAD, a análise da relação entre a tecnologia e o Ensino a Distância, e por fim, sua aplicação em contextos educacionais e organizacionais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Educação a Distância: conceitos e evolução histórica

A Educação a Distância constitui-se como modalidade de ensino caracterizada pela mediação didático-pedagógica, realizada hoje através de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), permitindo que professores e estudantes desenvolvam atividades educacionais em espaços e tempos distintos. O uso de tecnologias digitais tem promovido alterações nas formas de ensino e de aprendizagem, o que incide sobre a função social da educação e no papel dos docentes na execução do trabalho pedagógico (Reis; Negrão, 2022).



Do ponto de vista histórico, a EAD não se configura como fenômeno recente. Esta modalidade de ensino tem suas origens vinculadas aos cursos por correspondência. Posteriormente, com o avanço das tecnologias de comunicação, como o rádio e a televisão, esta forma de ensino foi ampliada, permitindo maior alcance social e educacional. Com a expansão da internet e das plataformas digitais, a Educação a Distância consolidou-se como elemento fundamental na democratização do acesso ao conhecimento, adaptando-se às demandas da sociedade contemporânea, refletindo “não apenas o avanço tecnológico, mas também o redirecionamento das concepções pedagógicas que sustentam a educação contemporânea” (Silva; Maissiat, 2025, p. 3).

Segundo Moore e Kearsley (2013), o Ensino a Distância contemporâneo se destaca pelo uso de novas modalidades de ensino e aprendizagem, realizado mediante transmissão de conteúdos através de Tecnologias da Informação e Comunicação, com organização acadêmica e institucional específicas. Conforme Lima e Andriola (2013), estas tecnologias permitem aos estudantes que se comuniquem de maneira autônoma, no local onde se encontram, sendo estes um fator diferencial no Ensino a Distância. Nesse sentido, a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) e de recursos de multimídia contribuem para a diversificação das estratégias pedagógicas, favorecendo a autonomia e a flexibilidade no processo educativo.

A Educação a Distância tem impactado significativamente a formação de estudantes e a qualificação profissional, ao ampliar o acesso ao ensino e flexibilizar o processo de aprendizagem, que, conforme Silva, Melo e Muylder (2015, p. 204) “vem alcançado maior espaço nas instituições de ensino superior (IES) e no mercado educacional nos últimos anos”. Desta forma, essa modalidade permite que indivíduos conciliem estudos com trabalho e outras responsabilidades, favorecendo a educação continuada. Além disso, contribui para o desenvolvimento de competências digitais e de autonomia no aprendizado, esta última se manifestando “em diferentes graus de independência e controle sobre o próprio processo de aprendizagem” (Paiva, 2006, p. 88, 89). Por outro lado, o Ensino a Distância (EAD) ainda enfrenta desafios significativos que tensionam sua efetividade enquanto modalidade formativa. Entre eles, destacam-se as questões relacionadas à qualidade do ensino, que não se restringem apenas ao domínio tecnológico, mas envolvem também a adequação pedagógica dos conteúdos, a formação docente para atuação em ambientes virtuais e a construção de metodologias que favoreçam a aprendizagem significativa. Soma-se a isso o problema do engajamento dos alunos, frequentemente impactado pela ausência de interações presenciais, pela necessidade de maior autonomia e disciplina e pela dificuldade de acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem. Além disso, as desigualdades no acesso à tecnologia evidenciam um paradoxo:



ao mesmo tempo em que o EAD amplia o alcance da educação, também pode reproduzir ou até aprofundar exclusões, sobretudo em contextos marcados por limitações de infraestrutura digital, falta de iniciação tecnológica e dificuldades financeiras que alunos apresentam, que dificultam o acesso ao Ensino a Distância.

2.2. Educação a Distância no contexto organizacional

No âmbito organizacional, a Educação a Distância tem se consolidado como ferramenta estratégica para o desenvolvimento de competências e na qualificação profissional contínua. A educação corporativa utiliza o processo de aprendizagem e de gestão do conhecimento, contribuindo diretamente no que é previsto na visão e na missão de empresas (Chimenes; Prates, 2015). A educação corporativa incorpora hoje práticas de ensino mediadas por tecnologias, possibilitando a capacitação de colaboradores de forma flexível e economicamente viável.

Neste contexto, o EAD está diretamente relacionado às transformações do mundo corporativo, especialmente diante das exigências por atualização constante de conhecimentos e habilidades de trabalhadores. “Estudos empíricos e bibliográficos comprovam a importância do treinamento nas organizações, evidenciando que não treinar pessoas quando admitidas em um emprego e durante a permanência do trabalhador em uma empresa pode ser um grande erro” (Guelbert *et al.*, 2008, p. 4).

Além disso, a educação corporativa mediada através do computador contribui para a padronização de conteúdo, a redução de custos operacionais e a ampliação do alcance das ações formativas, atendendo colaboradores em diferentes localidades. O EAD possibilita que o ensino ocorra “com rapidez e agilidade, contribuindo diretamente com a redução de custos com treinamento, maior alcance territorial e melhoria na gestão dos recursos humanos” (Santos *et al.*, 2010, p. 4). Dessa forma, o EAD apresenta-se como instrumento de importância no fortalecimento do capital intelectual de organizações, promovendo maior competitividade e adaptação às mudanças nos ambientes de negócio.

2.3. Aspectos psicológicos da aprendizagem no Ensino a Distância

A compreensão do processo de aprendizagem no contexto do EAD requer a consideração de fatores psicológicos, que influenciam o desempenho dos estudantes e o engajamento do aluno. A modalidade de Ensino a Distância exige do estudante maior capacidade de organização e disciplina, uma vez que o processo de aprendizagem ocorre, em grande parte, de maneira autônoma, o que, segundo Belloni (2003), implica em um processo de direcionamento dos estudos por parte do aluno, onde, em alguns casos, pode não ser bem-



sucedido, considerando-se o fato de que o professor não se encontra sempre presente, tornando assim o estudante o principal responsável por sua aprendizagem.

Teorias da motivação indicam que o engajamento do aluno se relaciona diretamente à percepção de relevância do conteúdo, à clareza dos objetivos de aprendizagem e à qualidade das interações estabelecidas no ambiente virtual. Por outro lado, a autonomia que o Ensino a Distância exige, a distância física e necessidade de utilização de recursos tecnológicos, podem dificultar o engajamento do aluno (Martins; Ribeiro, 2018). Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de interação social no processo educativo. Mesmo em ambientes virtuais, a comunicação entre alunos, tutores e professores desempenha papel fundamental na construção do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento de vínculos e na redução do isolamento do aluno, em atividade remota. Conforme Cândido (2019), as interações sociais são importantes em processos educativos e em ambientes formais de ensino, mas assumem papel relevante quando falamos em Ensino a Distância. Dessa forma, a efetividade do EAD depende não apenas da infraestrutura tecnológica, mas também da adoção de estratégias pedagógicas que favoreçam o engajamento, o suporte ao estudante e a construção de uma experiência de aprendizagem significativa.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, orientada por uma perspectiva histórico-analítica. Essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender o desenvolvimento do Ensino a Distância (EAD) em sua complexidade, considerando suas dimensões tecnológicas, pedagógicas, psicológicas e organizacionais. Conforme Merriam (1998), a pesquisa qualitativa possibilita a construção de interpretações aprofundadas sobre fenômenos sociais, favorecendo a análise crítica de processos históricos e de suas implicações contemporâneas.

Quanto aos objetivos, a pesquisa apresenta caráter exploratório e analítico. Exploratório, ao buscar ampliar a compreensão acerca da trajetória do EAD e de suas múltiplas dimensões; e analítico, ao problematizar as relações entre democratização do acesso, qualidade do ensino e demandas do mercado de trabalho. Nesse sentido, o estudo ultrapassa a mera descrição histórica, buscando identificar continuidades, rupturas e contradições no desenvolvimento da modalidade, conforme Lösch, Rambo e Ferreira (2023).

A pesquisa bibliográfica constituiu o principal procedimento metodológico, sendo desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos



institucionais. De acordo com Sousa, Oliveira e Alves (2021), essa abordagem permite o aprofundamento e a atualização do conhecimento científico por meio do diálogo com a produção acadêmica existente. De forma complementar, a pesquisa documental incluiu a análise de legislações, diretrizes educacionais e dados oficiais, contribuindo para a compreensão do processo de regulamentação e expansão do EAD no Brasil, conforme Helder (2006).

A coleta de dados foi realizada por meio de buscas sistemáticas em bases de dados eletrônicas, como Google Acadêmico e SciELO, além de acervos digitais de bibliotecas universitárias. Foram utilizados descritores como “Educação a Distância”, “EAD”, “ensino online”, “tecnologias educacionais”, “educação corporativa” e “aprendizagem mediada por tecnologias”, combinados por operadores booleanos (AND, OR), com o objetivo de garantir amplitude e relevância na seleção dos materiais.

Os critérios de inclusão contemplaram produções com consistência teórica, relevância acadêmica e aderência ao problema de pesquisa, especialmente aquelas que abordavam a evolução histórica do EAD, o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), os aspectos pedagógicos e psicológicos da aprendizagem a distância e sua aplicação no contexto organizacional. Foram excluídos materiais redundantes ou com abordagem superficial. Após a seleção, os dados foram organizados em categorias temáticas, como democratização do acesso versus qualidade do ensino, mediação tecnológica, engajamento e evasão discente e formação profissional.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (Valle; Ferreira, 2025), permitindo a identificação de padrões, recorrências e contradições nos materiais analisados. Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou não apenas descrever o desenvolvimento do EAD, mas também problematizar sua expansão no contexto contemporâneo, evidenciando tensões entre acesso, qualidade e demandas do mercado de trabalho, em consonância com o problema de pesquisa e os objetivos do estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Contexto atual do EAD

A evolução dos dispositivos de informática ao longo das últimas décadas possibilitou, dentre outras inovações, a formação educacional e profissional mediante o uso da internet. “No decorrer dos anos, a Educação a Distância no Brasil foi usando a tecnologia a seu favor, onde o aluno pode usar ferramentas da tecnologia e estudar em tempo real com professores através de videoconferências, em espaços longínquos, extravasando assim as paredes da sala de aula”



(Lima; Pereira; Osório, 2023, p. 60). O acesso a bibliotecas virtuais, a leitura de artigos em sites acadêmicos, assim como a realização de estudos através de *ebooks*, se tornaram uma constante. Este cenário evidencia a transição de uma educação centrada na transmissão de conteúdo, para um modelo baseado na mediação do processo educativo através da tecnologia e na aprendizagem ativa do aluno. O estudante pode realizar trabalhos acadêmicos através do computador e participar presencialmente de seu curso, ou através de salas de aula virtuais, de maneira remota. Desta forma, este processo possibilita que alunos tirem “dúvidas sobre o assunto abordado, participar de fóruns onde os mesmos tem acesso a um bate-papo com os colegas, havendo a troca de experiências” (Lima; Pereira; Osório, 2023, p. 60), proporcionando assim convívio social e o aprendizado dos estudantes. Não é mais necessária a existência de ambientes presenciais de ensino, com estudantes e professores reunidos em um mesmo local. Em aulas assíncronas (gravadas), onde aluno e professor não interagem em tempo real, cada estudante segue seu ritmo de estudo, participando das atividades propostas e de avaliações de aprendizagem. Observa-se então, a consolidação de modelos híbridos e flexíveis de ensino, que ampliam o acesso a recursos educacionais, exigindo novas competências aos seus alunos, como autonomia, autorregulação e gestão do tempo, que facilitam na aquisição do conhecimento.

Inicialmente considerado como formação educacional complementar, o Ensino a Distância tornou-se realidade no contexto educacional. Embora autores como Rezende e Dias (2010) questionem se é possível ensinar alunos do EAD de maneira que estes desenvolvam autonomia e formação crítica para o exercício como cidadãos, a grande quantidade de cursos existentes demonstra que esta modalidade de ensino apresenta cada dia maior adesão dentro da sociedade. Isto confirma de maneira empírica a hipótese apresentada na introdução deste texto, de que o EAD atua como mecanismo de democratização do ensino, ao reduzir barreiras geográficas, sociais e econômicas.

Por outro lado, alunos matriculados em cursos a distância necessitam de maior empreendimento emocional para permanecerem estudando, onde esta modalidade de ensino apresenta grande índice de evasão de estudantes. Conforme Oliveira, Oesterreich e Almeida (2018), existe uma taxa média de evasão nos cursos de 26,3%, sendo que 85% dos alunos evadem no início do curso.

Os elevados índices de evasão de estudantes no Ensino a Distância, demandam análise de múltiplos fatores, incluindo, o perfil etário dos estudantes. Observa-se que alunos mais velhos, em geral inseridos no mercado de trabalho, tendem a se beneficiar mais da flexibilidade proporcionada por essa modalidade (MEC, 2022). Assim, a organização da oferta educacional deve considerar tais diferenças, promovendo maior equilíbrio entre vagas presenciais e a



distância. Essa adequação pode contribuir para reduzir a evasão escolar. Além disso, implica repensar práticas pedagógicas, currículos e formas de acompanhamento do discente. Portanto, a expansão do EAD traz implicações que vão além do acesso, exigindo planejamento educacional sensível às características dos estudantes.

A evasão de alunos no Ensino a Distância está relacionada a fatores como a

falta de motivação diante da responsabilidade quanto à autoaprendizagem, a rarefeita relação com os professores e colegas, que resulta na falta de afetividade e de percepção de pertencer a um grupo e, por fim, o pouco dinamismo dos encontros presenciais. O estímulo ao contato entre todos os envolvidos (tutores, alunos e professores) é essencial para ampliar a confiança e o ânimo para utilizar ambientes virtuais e concluir o curso EaD (Silva; Figueiredo, 2012, p. 3).

Sob a perspectiva teórica da Psicologia Educacional, estes fatores podem ser compreendidos à luz da teoria da motivação e do engajamento, indicando que a aprendizagem não depende apenas de recursos tecnológicos, sendo também necessária a existência de vínculos sociais e afetivos.

Apesar de autores como Costa, Guedes e Guerra (2021) considerarem que o pouco conhecimento que alunos podem apresentar no uso de recursos de informática, a falta de familiaridade com os ambientes virtuais de aprendizagem e a dificuldade no uso das plataformas digitais, são alguns dos desafios encontrados pelos estudantes. Silva *et al.* (2021) percebem que o uso de recursos como videoaulas, fóruns de discussão, tutoria online e outras mídias interativas enriquecem a experiência do estudante, tornando-a interativa, personalizada e engajadora. Mesmo com dificuldades na área de informática apresentadas por alguns alunos, cabe ao estudante buscar apoio durante seu curso, considerando-se que o computador é elemento de inclusão do aluno no ambiente acadêmico atual. Este aspecto evidencia a importância da inclusão digital como condição essencial para o sucesso da Educação a Distância, reforçando que o acesso à tecnologia deve ser acompanhado pela capacitação adequada.

Mesmo sendo considerada como forma de ensino que possui grande alcance e eficácia, Balduino e Vaz (2022) consideram que para a maior efetivação desta modalidade de ensino, é necessário o constante investimento em sua estrutura tecnológica, a contínua capacitação dos professores, assim como a existência de políticas governamentais que auxiliem em seu desenvolvimento e consolidação como instrumento pedagógico. Os mesmos autores também consideram que o Ensino a Distância apresenta desafios e questionamentos necessários sobre sua estrutura. A falta de interação efetiva entre professores e estudantes durante as aulas constitui um dos principais desafios do Ensino a Distância, sobretudo quando se considera que



a aprendizagem é, em grande medida, um processo social, mediado pelo diálogo, pela troca de experiências e pela construção coletiva do conhecimento. Em ambientes virtuais, essa interação tende a ser mais limitada ou mediada por ferramentas que nem sempre conseguem reproduzir a riqueza das relações presenciais, o que pode impactar o engajamento, a motivação e até a permanência dos alunos nos cursos.

Lima e Alonso (2019) ressaltam a importância de parâmetros específicos para avaliar a qualidade na EaD, argumentando que a tecnologia deve ser combinada com práticas pedagógicas eficazes para garantir a qualidade educacional. Morosini e Fernandes (2014) discutem a qualidade na EaD sob a ótica da inclusão e acessibilidade, defendendo que a modalidade deve promover equidade no acesso ao conhecimento, independentemente das limitações dos alunos (Leite; Oliveira; Costa, 2024, p. 02).

Além disso, o processo de avaliação da aprendizagem também se torna um desafio, exigindo a adoção de estratégias que consigam aferir, de forma confiável, não apenas a assimilação de conteúdos, mas o desenvolvimento de competências, evitando práticas meramente reprodutivas ou suscetíveis a fraudes. Nesse contexto, a garantia de qualidade dos cursos demanda não apenas infraestrutura tecnológica adequada, mas também um desenho pedagógico consistente, que articule conteúdos, metodologias e formas de acompanhamento contínuo dos estudantes. Da mesma forma, devem ser considerados seus diversos atores e demais fatores que influenciam em seus resultados, como as desigualdades regionais, o nível de desenvolvimento tecnológico e a formação dos docentes.

4.2. Origens e primeiras formas de Educação a Distância (Antiguidade ao Século XIX)

A Educação a Distância, forma de ensino onde o professor/tutor e o aluno não estão localizados no mesmo ambiente, existe há vários séculos, em período anterior ao uso do computador. Alguns pesquisadores datam o início do Ensino a Distância à leitura da Bíblia, das cartas escritas pelos Apóstolos, onde eram transmitidos aos antigos cristãos os preceitos da doutrina religiosa (Modes, 2020). Isto reforça que a Educação a Distância não é um processo recente, mas uma modalidade de ensino que evoluiu conforme os recursos tecnológicos disponíveis em cada período histórico.

A Educação a Distância (EAD), também chamada de Teleducação, em sua forma embrionária e empírica é conhecida desde o século XIX, mas somente nas últimas décadas assumiu status que a coloca no cume das atenções pedagógicas de um número cada vez maior de países. Já na Grécia antiga e, depois, em Roma, (Cartas de Platão e Epístolas de São Paulo) existia uma rede de comunicação que permitia o desenvolvimento significativo da correspondência (Piconez, 2003, p. 2).



No ano de 1728, o jornal Gazeta de Boston publicou anúncio sobre curso de taquigrafia por correspondência, ministrado pelo professor Caleb Phillips (Marcuzzu, 2013).

Em 1856, em Berlim, na Alemanha, foi fundada a primeira escola de idiomas, que ensinava francês por correspondência, onde os alunos tinham acesso ao conteúdo das aulas através dos Correios (Marcuzzu, 2013).

No ano de 1892 foi criado na Universidade de Chicago, departamento específico para a formação de docentes à distância, realizada também através dos Correios (Alves, 2011).

A descoberta, em 1888, pelo físico alemão Heinrich Hertz, da propagação de ondas eletromagnéticas através do ar, constituiu fundamento científico que possibilitou a transmissão de sinais de rádio (Lacerda, 2025). Esse avanço foi decisivo para que, alguns anos depois, Guglielmo Marconi desenvolvesse, em 1896, o aparelho de rádio (Silva; Teixeira, 2017). Esta forma de comunicação foi resultado de avanços científicos e técnicos, que possibilitaram sua rápida difusão em diversas partes do mundo.

4.3. Expansão do EAD através dos meios de comunicação de massa (Início do Século XX até 1970)

Anteriormente a 1900, há registros de cursos a distância no Brasil, com divulgação através de anúncios em jornais, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1923, o médico e antropólogo Edgar Roquette-Pinto, ao reconhecer o potencial educativo do rádio, fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, cuja programação era voltada à cultura e ao ensino (Jorge, 2008). Essa iniciativa é compreendida por Saraiva (1996, p. 19) como um marco na educação da época, ao destacar “a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por Roquette-Pinto, entre 1922 e 1925, e de um plano sistemático de utilização educacional da radiodifusão como forma de ampliar o acesso à educação”. Nessa mesma direção, Adami (2023) aponta que, ainda em 1923, foi fundada a Sociedade Rádio Educadora Paulista, com objetivos semelhantes de difusão cultural, evidenciando que o uso do rádio para fins educativos não se restringiu a uma iniciativa isolada, mas integrou um movimento mais amplo de valorização desse meio como instrumento de formação.

O período de criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro,

é peculiar na história brasileira, sendo caracterizado por uma efervescência de ideias nas áreas das ciências e da educação, evidenciado tanto pela criação da Academia Brasileira de Ciências, em 1916, como pela criação da Associação Brasileira de Educação, em 1924. Estes são fatos relevantes, tendo em vista que influenciaram a forma pela qual a Rádio Sociedade se relacionou com estas mudanças e as incorporou em sua proposta e, conseqüentemente, na sua



programação que era difundida ao público. Assim a seara da radiodifusão destaca-se como importante instrumento neste contexto (Jorge, 2008, p. 17).

Em 1928, a BBC de Londres iniciou transmissão de conteúdos educacionais através do rádio, o que demonstrava o potencial que os cursos a distância ofereciam (Nunes, 2009). Na década de 1930, nos Estados Unidos, foram registradas 39 Universidades que ofereciam cursos através dos Correios. Na mesma época, foi criado o Centro Nacional de EAD, na França (Rodrigues; Andriola, 2021).

Em 1932, iniciou-se a transmissão no Brasil de programa de aulas de ginástica através do rádio, com aulas ministradas pelo professor Oswaldo Diniz Magalhães (Rocha, 2019), que permaneceu no ar durante meio século.

No ano de 1939, a Marinha do Brasil, através da Escola de Guerra Naval, ministrou o Curso de Preparação para o Comando, na modalidade EAD, utilizando os Correios para o envio do material de ensino e para contato entre alunos e instrutores. Na mesma época, o Instituto Monitor realizou suas primeiras ações de Ensino a Distância no Brasil (Biagiotti, 2021). Quando o Instituto iniciou suas atividades, não havia profissionais que tivessem qualificação para a instalação, conserto e montagem de aparelhos de rádio. O Monitor lançou, então, curso de eletrônica realizado através de correspondência, composto por apostilas e de kit com componentes técnicos, que permitiam ao aluno construir um aparelho de rádio. O curso foi criado de maneira que os estudantes pudessem aprender a profissão através de aulas teórica e práticas (Silva; Costa, 2017). Ainda em 1939, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, assina o Decreto nº 5.077 (Brasil, 1939), que dentre outras resoluções, determinava a utilização do rádio em regiões interioranas do país.

Em 1941, iniciam-se as atividades do Instituto Universal Brasileiro (IUB), que oferecia cursos técnicos por correspondência e, posteriormente, cursos supletivos em nível ginasial e colegial, sendo frequentemente apontado como pioneiro na Educação a Distância no Brasil. No entanto, essa caracterização tende a valorizar seu papel inovador sem considerar de forma mais crítica o contexto em que surgiu e os interesses que o atravessavam. Em meio à Segunda Guerra Mundial, o objetivo de formar profissionais para o mercado de trabalho evidencia que sua atuação estava fortemente vinculada à necessidade de qualificação rápida da mão de obra, mais do que a um projeto educacional amplo e inovador. Os cursos de curta duração, como datilografia, taquigrafia e eletrônica em rádio, reforçam essa orientação pragmática e instrumental da formação. Assim, ainda que o IUB represente um marco na expansão do acesso à educação, sua trajetória também revela as dificuldades existentes entre democratização do ensino e



atendimento às demandas do mercado, aspecto que permanece presente mesmo com a incorporação atual de tecnologias digitais em seus cursos (Faria; Vechia, 2011).

A partir de 1947, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) passou a oferecer cursos a distância através do rádio, por meio da Universidade do Ar (UNAR), iniciativa frequentemente caracterizada como inovadora e relevante para a consolidação desse meio de comunicação (Oliveira; Pedrosa, 2014). No entanto, essa leitura tende a enfatizar os aspectos tecnológicos e quantitativos, como o alcance de 318 localidades e cerca de 80 mil alunos na década de 1950 (Torres, 2009), sem problematizar suficientemente os limites pedagógicos e sociais dessa experiência. Embora tenha ampliado o acesso à educação em um país marcado por desigualdades regionais, o modelo radiofônico apresentava restrições importantes, como a baixa interatividade, a dificuldade de acompanhamento da aprendizagem e a ausência de mediação docente mais efetiva. Dessa forma, a experiência da UNAR deve ser compreendida de maneira mais crítica, reconhecendo tanto seu caráter pioneiro quanto suas limitações estruturais e seus vínculos com interesses econômicos e institucionais da época.

O início das transmissões de TV no Brasil levou os profissionais da área de educação a perceberem a potencialidade que esta mídia apresentava. O início da difusão de programas de TV no país ocorreu em 18 de setembro de 1950, quando Assis Chateaubriand

lançou o Brasil para a modernidade do mundo da Comunicação. Na noite daquele dia, em São Paulo, começava a aventura da televisão brasileira com a inauguração da PRF-3 TV Tupi. Um ano depois, ele repetiria o gesto no Rio de Janeiro, transformando o prédio do antigo Cassino da Urca – fechado cinco anos antes pela proibição do jogo em nosso país – nos estúdios da sucursal carioca da emissora (Silva, 2004, p. 5).

Em 1956, a “Chicago TV College, nos EUA, inicia a transmissão de programas educativos pela televisão, cuja influência pode notar-se rapidamente em outras Universidades dos Estados Unidos, que não tardaram em criar unidades de Ensino a Distância, baseadas fundamentalmente na televisão” (Meyer; Mont’Alverne, 2020, p. 382).

Em 1957 foi criado pelo Governo Federal brasileiro o Sistema Sirena (Sistema Rádio Educativo Nacional), com o objetivo de fornecer educação a adolescentes e adultos, transmitindo programas educativos para todo o país. O Sistema Sirena foi descontinuado em 1963 (Bilhão; Klafkell, 2020).

Nas décadas de 1960 e 1970, o Ensino a Distância começou a ganhar destaque no Brasil, marcado por uma crescente preocupação com sua sistematização, como evidenciado pela criação do Prontel/MEC, voltado à tele-educação (Oliveira; Lima, 2015). As experiências que buscavam promover inclusão social, como cursos voltados ao ensino fundamental (Belloni,



2002), embora relevantes, estavam frequentemente limitadas por condições precárias de acesso e pela ausência de mediações pedagógicas mais consistentes, o que relativiza seu potencial transformador. Além disso, a vinculação desse período à transição do modelo fordista para novas formas de organização produtiva (Faria; Salvadori, 2010) sugere que a expansão da EaD também atendia a demandas econômicas, voltadas à formação de força de trabalho mais flexível e adaptável. Dessa forma, o desenvolvimento da EaD nesse contexto deve ser analisado não apenas como um movimento de democratização do ensino, mas também como parte de uma reconfiguração mais ampla das relações entre educação, trabalho e interesses produtivos.

Em 1961 foi lançado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Educação de Base (MEB), que tinha como objetivo a transmissão de programas de alfabetização, através de rádios católicas.

O MEB nos anos de 1960 era relacionado não apenas à educação, mas também à cultura popular e pode ser pensado como uma dentre algumas novas experiências de educação popular. Duraria inicialmente cinco anos (1961-1965), com perspectiva de instalação de quinze mil escolas radiofônicas no país, nos Estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste do Brasil. A CNBB colocava à disposição do Governo Federal a rede de emissoras filiadas à RENECA – Representação Nacional das Emissoras Católicas, que se comprometia a utilizar de maneira adequada os recursos recebidos (Fávero, 2004).

Em 1963, o Exército Brasileiro iniciou o uso do Ensino a Distância, através da implementação do Curso de Preparação para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em 1965, foi criado o curso para Preparação à Escola de Comando e Estado Maior do Exército, também realizado a distância (Brasil, 2017).

Em 1967, iniciou-se de maneira experimental o Projeto SACI, com o objetivo de transmitir programação educacional via satélite para países em desenvolvimento, como Brasil, Índia e Indonésia (Paiva, 2013). Apresentado como uma iniciativa inovadora de difusão do conhecimento em escala internacional, o projeto realizava a utilização de satélites para fins educativos, ampliando o alcance das ações formativas. Dessa forma, o Projeto SACI evidencia tanto o potencial das tecnologias para expandir o acesso à educação quanto os limites e interesses que permeiam sua implementação em escala global.

Ainda em 1967, o governo do Estado de São Paulo publica projeto de lei, criando Fundação com fins de difusão cultural, com transmissão de programas educativos através do rádio e TV. Com início de atividades em 15 de junho 1969, a Fundação Padre Anchieta é mantenedora hoje, da TV Cultura (Fundação Padre Anchieta, 2019).

No final da década de 1960, iniciou-se a participação do meio universitário brasileiro na transmissão de programas de Ensino a Distância pela televisão, movimento frequentemente



associado à ampliação do alcance educacional por meio das mídias de massa. Em 1967, surgiu a TV Universitária de Pernambuco, pertencente à Universidade Federal de Pernambuco (Fradkin, 2003; Torves, 2007), sendo considerada a primeira rede universitária de TV no país. Embora esta iniciativa represente um esforço de democratização do acesso ao conhecimento, é necessário considerar que a televisão, naquele período, ainda não alcançava de forma equitativa todas as regiões e camadas sociais, o que relativiza seu impacto inclusivo.

Em 11 de agosto de 1971 foi promulgada a lei nº. 5.692 – Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1971), que permitia que cursos supletivos fossem realizados de maneira não presencial, através do rádio, televisão e correspondência.

Em meados da década de 1970 foi lançada a telenovela João da Silva, voltada ao ensino primário e com certificação pelo Ministério da Educação (MEC). O curso permitia que telespectadores realizassem avaliações e obtivessem certificação equivalente ao antigo Ensino Primário (Conceição, 2018). Embora frequentemente apresentada como uma iniciativa inovadora ao articular entretenimento e educação, essa experiência também suscita questionamentos quanto à efetividade pedagógica de um modelo baseado na comunicação unidirecional da televisão. A proposta ampliava o acesso ao ensino, sobretudo para públicos excluídos do sistema formal. Dessa forma, esta experiência evidenciava as potencialidades desta mídia na democratização do ensino, mas também seus limites, especialmente no que se refere à qualidade formativa e à profundidade dos processos educativos.

Em janeiro de 1978, a Fundação Roberto Marinho iniciou em São Paulo, juntamente com a Fundação Padre Anchieta, transmissão do Telecurso Segundo Grau, para pessoas que tinham como objetivo concluir o Segundo Grau (atual Ensino Médio). Em abril daquele ano, o programa começou a ser transmitido para o Distrito Federal. Em maio, iniciou-se a transmissão para o Rio de Janeiro e em julho, para o restante do Brasil. Em agosto do mesmo ano, utilizando a estrutura existente do Projeto Minerva, o programa foi adaptado para transmissão via rádio, atingindo um número maior de espectadores (Fundação Roberto Marinho, [s.d.]). Em 1979, foi criado pela Fundação Roberto Marinho, o Telecurso 1º Grau (atual Ensino Fundamental), que passou a ser transmitido pela TV a partir de março de 1981 (D'Almeida, 1988).

4.4. Transição tecnológica e consolidação da EaD (Décadas de 1980 a 2000)

Somente na década de 1980 que o termo Educação a Distância passou a ter maior aceitação e ser utilizado com frequência. Grandes esforços foram realizados para criar teorias e metodologias consistentes de Ensino a Distância (Gamez, 2004). O EAD, que passou a ser mediado pelo computador, era



demanda da sociedade da informação, isto é, do novo contexto socioeconômico-tecnológico engendrado a partir da década de 1980, cuja característica geral não está mais na centralidade da produção fabril ou da mídia de massa, mas na informação digitalizada como nova infraestrutura básica, como novo modo de produção. O computador e a Internet definem essa nova ambiência informacional e dão o tom da nova lógica comunicacional, que toma o lugar da distribuição em massa própria da fábrica e da mídia clássica, até então símbolos societários (Silva, 2003, p.11).

No período de 1979 a 1985, a Universidade de Brasília (UnB) firmou convênio com a *Open University* da Inglaterra, para divulgação de cursos a distância. A partir de 1985, ocorreram mudanças no Programa de Ensino a Distância da UnB

O Programa de Ensino a Distância da UnB transformou-se na Coordenadoria de Educação a Distância, em 1985, ligada ao Decreto de extensão, e, mais tarde, em 1989, no Centro de Educação Aberta Continuada a Distância (Cead). No primeiro período foram produzidos quatro cursos, entre os quais o primeiro volume da série: O Direito achado, que já caminha para a 5ª edição, com cerca de 12 mil exemplares vendidos (Saraiva, 1996, p. 22).

Na década de 1980, a popularização do videocassete passou a integrar o cotidiano da população, sendo frequentemente associada a um avanço significativo também no campo educacional. No Brasil, os primeiros aparelhos foram produzidos a partir de 1982 pela Sharp, seguidos por outras empresas, como Sony e Philco, embora modelos importados já circulassem no país alguns anos antes (Almeida, 1984). A possibilidade de gravação e reprodução de conteúdos em áudio e vídeo ampliou o potencial de uso do videocassete na educação, sendo este percebido como um instrumento inovador de informação e memória (Andrade; Solarevicz; Slompo, 1997). Mas a dificuldade de acesso aos equipamentos devido seu alto custo, limitava seu alcance. Dessa forma, embora o videocassete tenha representado um avanço tecnológico relevante, sua incorporação à educação deve ser compreendida de maneira crítica, considerando tanto suas potencialidades quanto suas restrições pedagógicas e sociais.

O rádio e a televisão deixaram de ser a principal forma de divulgação de cursos a distância, sendo substituídos a seguir pelos computadores. O Ensino a Distância passa a ser realizado pela internet.

O conceito de rede (net, em inglês) é utilizado para designar a interligação entre computadores, embora essa definição, por si só, seja insuficiente para abarcar a complexidade social, política e econômica que envolve tais conexões na contemporaneidade. O embrião do que hoje é chamado de internet teve início em 1969, com a Arpanet (Beranek, 2005), inicialmente restrita a pesquisadores e professores universitários, cujo uso principal era a troca de mensagens (Adabo, 2014). Contudo, ao enfatizar apenas seu caráter técnico e acadêmico, corre-se o risco



de obscurecer o contexto estratégico de sua criação, já que a Arpanet foi concebida a partir de uma iniciativa do sistema de defesa dos Estados Unidos, com o objetivo de garantir comunicações eficientes em cenários de guerra, inclusive nuclear (Lins, 2013). Esse dado evidencia que a origem da internet está profundamente vinculada a interesses militares e geopolíticos, o que tensiona a visão idealizada de uma rede naturalmente aberta e democrática. Ainda segundo Lins (2013), a primeira conexão da rede ocorreu entre a Universidade de Stanford e a UCLA. Após um ano, apenas quatro computadores estavam interligados, o que revela tanto o caráter experimental da tecnologia quanto a limitada escala inicial. Assim, mais do que um simples avanço técnico, o desenvolvimento da internet deve ser compreendido como resultado de disputas e interesses diversos, que influenciam até hoje sua estrutura, governança e formas de acesso.

No final da década de 1980, iniciou-se a utilização da internet comercial no Brasil. Em 1989,

a internet brasileira começa a ser implantada como uma infraestrutura de comunicação para fins acadêmicos. O backbone da rede, que recebeu o nome de Rede Nacional de Pesquisas – RNP, foi complementado com redes estaduais, custeadas com recursos das fundações estaduais de amparo à pesquisa. A rede cresceu rapidamente. Em 1996, já contava com 7.500 domínios. Em 2000, com 170 mil. Em 2006, um milhão (Lins, 2013).

A década de 1990 caracteriza-se pelo aumento do uso da microinformática para transmissão de conteúdos didáticos. Nesta ocasião ocorre “a utilização do videotexto, do microcomputador, da tecnologia multimídia, do hipertexto e de redes de computadores, caracterizando a Educação a Distância on-line” (Maia; Mattar, 2007, p. 22). Neste período, verificou-se a consolidação do paradigma da sociedade da informação, no qual o conhecimento passa a ser mediado pelo uso de tecnologias digitais, o que alterou profundamente as formas de ensino e saber que existiam até então.

A partir de iniciativa do Ministério da Educação (MEC), foi lançado em 1991 o projeto “Um Salto para o Futuro”, com o objetivo de contribuir para a formação de professores por meio do uso articulado de diferentes mídias, como material impresso, telefone, televisão e, posteriormente, internet (Menelau, 2010). Entretanto, a interatividade entre mídias, ainda que presente, permanecia limitada a contextos específicos. Dessa forma, a iniciativa evidencia avanços importantes no uso de tecnologias para a formação de professores, mas também revela desafios quanto a qualidade formativa dos participantes.



Naquela ocasião, o acesso à internet era feito através do uso de telefones fixos, o que era conhecido como internet discada, onde o usuário do serviço deveria ter instalado em seu computador um modem e ter acesso a um provedor (Lins, 2013). A utilização do uso do computador na educação, com o passar do tempo se ampliou.

Em 1995 foi criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC),

que elevou o status da área no âmbito do MEC e das políticas públicas em substituição à Coordenadoria Nacional de Educação a Distância, de 1992. O objetivo da SEED, segundo seu site, foi o desenvolvimento de programas que oferecessem às escolas de ensino fundamental e médio infraestrutura, diretrizes e programas que respeitam a autonomia dos sistemas, realçando o projeto pedagógico das instituições, e colocam a tecnologia a serviço da educação (Mattos; Silva, 2019, p. 3).

Segundo Torres e Vianney, em 1996

surgem os primeiros cursos de mestrado oferecidos com o uso de videoconferência, integrando universidade e empresa com tecnologia digital e interatividade completa em áudio e vídeo. Em 1997, universidades e centros de pesquisa públicos e privados completam o ciclo de aprendizado para gerar ambientes virtuais de aprendizagem. Em 1998 tem início a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu via internet, demarcando o nascimento da Universidade Virtual no Brasil (Torres; Vianney, 2010, p. 2).

4.5. Expansão, regulamentação e EaD digital (Século XXI)

Em 2001, o MEC emite a Portaria nº 2.253 (Brasil, 2001), que regulamentava a oferta de disciplinas a distância em Instituições de Ensino Superior (IES), que poderiam

introduzir, na organização pedagógica curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, determinando, também, que elas “não poderão exceder vinte por cento do tempo previsto para a integralização do respectivo currículo” (Brasil, 2001).

Em 2007 foi criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB), através do Decreto nº 5.800, de 8 de junho (Brasil, 2006). O Decreto regulamentava que

a UAB é um sistema voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Trata-se de um programa articulador entre Governo Federal e entes federativos no apoio a instituições públicas de ensino superior - IPES, que oferecem cursos de nível superior e de pós-graduação por meio do uso da modalidade EaD (Mattos; Silva, 2019, p.4).



Ainda em 2007, foi lançado o Telecurso TEC, através de parceria entre o Governo do Estado de São Paulo e a Fundação Roberto Marinho. Os alunos inscritos deveriam estar cursando ou ter concluído o 2º ano do ensino médio (Lúcio; Rodrigues, 2013). O curso era ofertado

para alunos do curso integrado (ensino médio integrado com o ensino técnico – Programa Telecurso TEC) e para alunos do curso subsequente (ensino técnico – Programa Telecurso TEC após a conclusão do ensino médio), do Programa de Educação Profissional na Educação de Jovens e Adultos (PEP-EJA) (Lúcio; Rodrigues, 2013, p. 25).

Em 2011, a Universidade Aberta do Brasil inicia curso na modalidade a distância, através do Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), que foi “o primeiro curso a nível de Pós-Graduação Stricto Sensu em rede no Brasil na modalidade semipresencial” (Giacomazzo, 2015, p. 527).

Com o tempo, especialmente a partir da década de 1990, a EaD se expandiu, incorporando novas tecnologias e se tornando mais interativa, com a introdução de plataformas digitais que possibilitaram uma aprendizagem mais dinâmica. A regulamentação da EaD, por meio de marcos legais como os Decretos nº 2.494/1998 e nº 5.622/2005, garantiu a consolidação da modalidade, especialmente no ensino superior. A pandemia de COVID-19, por sua vez, acelerou a adoção do ensino remoto, consolidando a EaD como uma alternativa fundamental para a continuidade educacional (Ferreira *et al.*, 2025, p. 15).

Hoje, a internet possibilita a oferta de cursos de extensão, graduação e pós-graduação a distância, configurando-se como um elemento central nas transformações educacionais contemporâneas. Nesse sentido, Abreu e Costa (2006) destacam que essa tecnologia promove mudanças profundas nos processos de ensino, sobretudo pela capacidade de armazenar e disponibilizar grande volume de dados e conhecimentos, ampliando as possibilidades de acesso à informação. Essa perspectiva dialoga com a análise de Cebrián (1999, p. 120), ao afirmar que a internet e os demais meios de comunicação “derrubam as fronteiras geográficas do saber, unificando as experiências das pessoas e universalizando os seus mitos”. Assim, observa-se que estes autores reconhecem o potencial da internet no campo educacional, através da construção de experiência globalizada do conhecimento. Desta maneira, embora represente um avanço incontestável para a expansão da Educação a Distância, a internet também impõe desafios que tensionam sua promessa de democratização e qualidade no ensino.

Enquanto modalidade de ensino que amplia o acesso à educação para diferentes camadas da população, o Ensino a Distância “parece ser a resposta para os males que



acometeram a educação brasileira ao longo dos últimos séculos” (Arruda; Arruda, 2015, p. 325). No entanto, os mesmos autores alertam para uma visão reducionista associada a essa expansão, na medida em que se difunde a ideia de que “a presença quantitativa de equipamentos (computadores, televisores etc.) por si só garantiria a melhoria da educação e a possibilidade da oferta de cursos à distância” (*op cit.* 2015, p. 325). Tal perspectiva evidencia um dos limites da suposta democratização do ensino, ao desconsiderar fatores estruturais, pedagógicos e sociais que condicionam a qualidade do processo educativo.

Nesse contexto, o crescimento acelerado e, por vezes, desordenado do Ensino a Distância pode estar mais associado à lógica de expansão de mercado e ao potencial de geração de capital do que propriamente ao compromisso com a formação educacional. Apesar do aumento expressivo no número de matrículas, ainda há lacunas significativas quanto à transparência sobre o funcionamento dos cursos, a qualidade dos materiais didáticos e o perfil de alunos, professores e tutores. Assim, ao invés de promover efetivamente a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior, o EAD revela contradições ao se alinhar a pressupostos do capitalismo, sobretudo ao reforçar a ideia de educação como mercadoria e ao sustentar a falsa percepção de que a simples aquisição de um curso pode garantir sentido, pertencimento e socialização, em detrimento da valorização das dimensões humanas e formativas do sujeito.

4.6. EaD no contexto organizacional

Da mesma forma que é usada pela população em geral, grandes empresas hoje apresentam suas redes de computadores (Melo; Gutierrez, 1999), ou intranets. Nelas, além da troca de informações comerciais, encontram-se bancos de dados de uso corporativo.

A sociedade atual já não consegue dissociar o seu desenvolvimento das tecnologias existentes, as organizações têm na tecnologia sua mais poderosa forma de controle, comunicação e troca de informação, este deve ser entendido como informação de conteúdos de interesse pessoal ou organizacional que possam ser armazenados ou transferidos (Miranda, 2007, p. 33, 34).

As organizações passaram a utilizar o Ensino a Distância mediado pelo computador, como estratégia de capacitação de seus colaboradores. A grande competitividade e a necessidade de lançamento constante de novos produtos levam as organizações a treinar seus empregados, para que estas apresentem destaque no mercado em que atuam. O uso do EAD está alinhado às teorias de gestão por competências e de capital intelectual, que reconhecem o conhecimento como o principal ativo das organizações.



A vida organizacional exige a capacidade de resolução de problemas de forma rápida e se torna ineficaz uma organização que não possua mecanismos de desenvolvimento estrutural e competitivo, os quais se centram no desenvolvimento das pessoas e da necessidade permanente de novas habilidades e competências, resultando num processo de aprendizagem, objetivado na educação corporativa (Fochesato, 2012, p. 16).

O sistema de gestão por competências adotado por empresas tem ampliado a exigência de conhecimentos e habilidades dos empregados em áreas que antes eram pouco demandadas, refletindo mudanças nas dinâmicas organizacionais e produtivas. Nesse contexto, o Ensino a Distância é frequentemente apresentado como uma forma eficaz de qualificação profissional, destacando-se pela rapidez na disseminação de conteúdos, flexibilidade e potencial de alcance. No entanto, essa perspectiva tende a assumir de maneira pouco crítica que a simples adoção do ensino a distância garante a efetividade da aprendizagem e a melhoria do desempenho dos colaboradores. Assim, embora esta forma de ensino represente uma ferramenta relevante para a qualificação profissional, sua adoção deve ser analisada criticamente, considerando tanto suas potencialidades quanto seus limites no desenvolvimento real de competências.

Conforme Brauer e Albertin (2010), a modalidade de Ensino a Distância avança com a tecnologia e com as rotinas de trabalho em empresas, o que incrementa sua utilização por organizações. O colaborador não precisa ausentar-se de sua unidade de trabalho para participação de cursos corporativos, diminuindo-se assim despesas com passagens, hospedagens e diárias. Mas não apenas o menor custo financeiro deve ser observado. Ao receber treinamento, o empregado sente-se valorizado pela organização, apresentando maiores habilidades para desenvolver suas tarefas, trabalhando com mais motivação e com melhor desempenho.

Mas as pessoas devem ser visualizadas como parceiras das organizações. Como tais, elas são fornecedoras de conhecimento, habilidades, competências e, sobretudo, o mais importante aporte para as organizações: a inteligência que proporciona decisões racionais e que imprime significado e rumo aos objetivos globais. Neste sentido, as pessoas constituem parte integrante do capital intelectual da organização (Chiavenato, 2008, p.10).

Assim, o investimento em Educação Corporativa deve ser entendido como estratégia logística. A avaliação das necessidades de treinamento de cada área de uma empresa deve ser tarefa constante, sendo importante para o alcance de metas organizacionais.



Muitas organizações desenvolvem centros de treinamento para seus colaboradores. Mas nem sempre isso é necessário:

Apesar de “universidade” nos remeter à uma ideia de campus físico e um corpo docente estável, a versão corporativa é diferente e inovadora. As universidades corporativas não estão limitadas a um espaço físico, elas podem se desenvolver também em espaços virtuais, físicos e virtuais, ou em ambos, físicos e virtuais, presenciais ou a distância. Muito mais que um espaço de aprendizagem, elas significam um processo de aprendizado contínuo e permanente para melhorar o desempenho de funcionários, de todos os níveis de organização (Muller, 2012, p.12).

Conforme Lytovchenko (2016), as Universidades Corporativas são formas avançadas de treinamento, que tiveram seu uso ampliado como resposta aos desafios surgidos na sociedade da informação e do advento da economia globalizada. Isso ocorre devido ao fracasso de instituições de ensino tradicionais em manter de maneira adequada a qualificação de empregados de empresas. Dessa forma, ainda que representem uma evolução nos processos de capacitação, as Universidades Corporativas devem ser analisadas criticamente, considerando-se fatores como formação profissional e o papel social da educação.

Neste contexto, a diversidade de recursos tecnológicos hoje existentes contribui para a construção de ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e interativos, aproximando, ainda que virtualmente, alunos e professores.

Frente ao exposto, os resultados encontrados neste estudo indicam que o EAD se consolidou como modalidade de ensino de referência na educação contemporânea, apresentando potencial para ampliar o acesso ao ensino e à qualificação profissional, ao mesmo tempo que demandas pedagógicas e estratégicas promovem engajamento, interação e inclusão digital. Neste cenário, destaca-se não apenas o crescimento do Ensino a Distância, mas também a necessidade de análise crítica acerca de sua efetividade, desafios e impactos na formação acadêmica e profissional dos indivíduos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações tecnológicas e sociais ocorridas ao longo da história demonstram que o Ensino a Distância não se configura como modalidade de ensino recente, mas como processo educacional dinâmico e em constante evolução, que se adapta às necessidades de cada período histórico. Desde suas formas mais iniciais, como os cursos por correspondência, passando pelo



uso do rádio e da televisão, até a sua consolidação através da utilização de plataformas digitais mediadas pela internet, o EAD acompanhou o desenvolvimento dos meios de comunicação criados pelo homem, que ampliaram de maneira progressiva o acesso ao conhecimento. Nesse sentido, este trabalho alcançou seu objetivo geral ao analisar que o desenvolvimento histórico do EAD e sua aplicação na formação educacional e profissional de estudantes e trabalhadores está diretamente relacionado às transformações tecnológicas e às demandas sociais, tanto no âmbito escolar quanto no organizacional.

A análise realizada neste estudo permitiu compreender que o EAD exerce papel fundamental na democratização do ensino, reduzindo barreiras geográficas, econômicas e sociais, que historicamente limitaram o acesso à educação. A flexibilidade proporcionada por essa modalidade de ensino possibilita que estudantes conciliem estudos com atividades profissionais e responsabilidades pessoais, favorecendo a inclusão de diferentes perfis sociais e econômicos de estudantes. Além disso, a crescente oferta de cursos a distância em diferentes níveis de ensino evidencia sua consolidação como estratégia educacional, no cenário do mundo contemporâneo. Dessa forma, o Ensino a Distância não apenas amplia oportunidades educacionais, mas também contribui para a formação contínua dos indivíduos, atendendo às exigências de uma sociedade baseada no conhecimento.

No contexto organizacional, os resultados encontrados neste trabalho indicam que a Educação a Distância tem se mostrado uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento de competências e para a capacitação contínua de trabalhadores. Em um cenário marcado pela competitividade e pela necessidade de atualização profissional, as organizações passaram a adotar o EAD como meio eficaz de treinamento, reduzindo custos operacionais e ampliando o alcance de ações educacionais. A utilização de ambientes virtuais de aprendizagem, assim como o trabalho desenvolvido por Universidades Corporativas, reforça a importância do conhecimento como ativo essencial das empresas, evidenciando que o investimento em educação está diretamente relacionado ao aumento da produtividade, ao processo de inovação em empresas e no desempenho produtivo.

As reflexões desenvolvidas ao longo do texto permitem compreender o Ensino a Distância não apenas como uma modalidade educacional em expansão, mas como um fenômeno complexo, atravessado por dimensões históricas, tecnológicas, pedagógicas e socioeconômicas. Ao evidenciar sua trajetória, o artigo contribui para deslocar a compreensão do EAD de uma perspectiva meramente instrumental — centrada na tecnologia — para uma análise mais ampla, que reconhece suas vinculações com transformações estruturais da sociedade e do mundo do trabalho. Nesse sentido, o EAD reflete disputas de sentidos sobre o



próprio papel da educação, ora orientado pela democratização do acesso, ora tensionado por lógicas de mercado que podem reduzir a formação a um produto. Essa ambivalência constitui uma das principais contribuições do estudo, ao evidenciar que a expansão quantitativa da modalidade não garante, por si só, qualidade formativa nem equidade educacional.

O EAD ainda apresenta desafios que precisam ser considerados, para a garantia de sua efetividade. Entre eles, destacam-se os altos índices de evasão de alunos, a necessidade de maior engajamento dos discentes, as dificuldades relacionadas à inclusão digital e a importância do desenvolvimento de competências por parte dos estudantes, como autonomia, autorregulação e gestão do tempo. Além disso, aspectos relacionados à interação social e à construção de vínculos no ambiente virtual evidenciam que o processo de aprendizagem não depende exclusivamente do uso da tecnologia, mas também de fatores pedagógicos e psicológicos. Dessa forma, torna-se imprescindível o desenvolvimento de práticas educacionais que promovam maior interatividade, apoio ao aluno e fortalecimento do sentimento de pertencimento no processo de aprendizagem.

Torna-se evidente também a necessidade de investimentos na formação docente específica para ambientes virtuais, no desenvolvimento de metodologias que promovam interação significativa e no uso crítico das tecnologias digitais. Além disso, o enfrentamento das desigualdades de acesso deve ser compreendido como condição estruturante para a efetiva democratização do ensino, o que implica políticas públicas voltadas à inclusão digital e ao suporte aos estudantes.

Por fim, conclui-se que o Ensino a Distância ocupa posição central no cenário educacional contemporâneo e tende a expandir-se ao longo do tempo, diante das constantes inovações tecnológicas. No entanto, seu crescimento deve ser acompanhado de reflexões críticas, que permitam aprimorar suas práticas e superar limitações. Como perspectivas futuras, destaca-se a necessidade de aprofundamento de estudos sobre metodologias de ensino, o uso de tecnologias emergentes, como inteligência artificial, e a integração entre modalidades presencial e a distância. Tais iniciativas podem contribuir para o desenvolvimento de modelos educacionais mais inclusivos, flexíveis e eficazes, capazes de atender às demandas da sociedade atual, em permanente transformação, de maneira que se promova formação acadêmica e profissional mais sólidas e significativas. O futuro do Ensino a Distância não reside apenas em sua expansão, mas na sua capacidade de se constituir como prática educativa inclusiva e socialmente comprometida, capaz de equilibrar inovação tecnológica com formação educacional consistente.



6. AGRADECIMENTOS

Registro meu agradecimento à Blanca Martin Salvago pela valiosa colaboração na revisão linguística da versão preliminar deste trabalho, realizada no ano de 2014. Sua contribuição foi fundamental naquela etapa inicial, não tendo a mesma participado da elaboração do texto ora apresentado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Rosane de Albuquerque dos Santos; COSTA, Ana Maria Nicolaci da. Mudanças geradas pela internet no cotidiano escolar: as reações dos professores. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 16, nº 34, ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/LwHn3GnHBsbPMLCmWgzx67s/?lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2026.

ADABO, Gabrielle. Ciência e guerra: era uma vez a internet. **ConCiência**. nº 158. Campinas, maio 2014. Disponível em: https://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542014000400002&lng=pt. Acesso em: 12 mar. 2026.

ADAMI, Antônio. Atualizando a história – 100 anos do rádio em São Paulo: SQIG - Sociedade Rádio Educadora Paulista e PRA-6 Rádio Gazeta. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442023123pt> Acesso em: 03 mar. 2026.

ALMEIDA, Candido José Mendes de. **O que é vídeo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

ALVES, Lucinéia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira De Aprendizagem Aberta E a Distância**, v. 10, 2011. Disponível em: <https://seer.abed.net.br/rbaad/article/view/235>. Acesso em: 24 mar. 2026.

ANDRADE, Ivete Janete; SOLAREVICZ, Maria Madalena P. L.; SLOMPO, Maria Helena G. **Televisão, vídeo e computador**: telas como janelas educativas para o futuro. (Monografia de Especialização em Educação: fundamentos e metodologia – Universidade Estadual de Ponta Grossa). Ponta Grossa, 1997. 80 f.

ARRUDA, Eucidio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação a Distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v.31, n.03, p. 321-338. Julho-Setembro 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/L8pKJVB44tLnp5rTzNB3SvC/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2026.

BALDUINO, Danilo; VAZ, Rodrigo. Tecnologias de Ensino Remoto e Adaptabilidade: Um Estudo Aplicado aos Docentes e Discentes em Relação ao Semestre Suplementar 2020.3 do Curso de Graduação Presencial em Ciências Contábeis da UFPE. **Revista de Administração, Regionalidade e Contabilidade**, v.1 n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/reicar/article/view/13236>. Acesso em: 19 abr. 2026.



BASTOS, Maria Helena Câmara. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Editora Universitária, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38757>. Acesso em: 24 mar. 2026.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2003.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação brasileira. **Educação & sociedade**, v. 23, n. 78, p.117-142, 2002.

BERANEK, Leo. BBN's earliest days: founding a culture of engineering creativity. **IEEE Annals of the History of Computing, Los Alamitos**, v. 27, n. 2, p. 6–14, 2005. Disponível em: <https://www.frankritter.com/papers/bernank05.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2026.

BIAGIOTTI, Luiz Cláudio Medeiros. Os desafios do ensino a distância: uma abordagem histórica. **Ensino em revista**, 2021. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/ensino/sites/www.marinha.mil.br/ensino/files/ENSINO%20EM%20REVISTA_1.pdf. Acesso em: 24 mar. 2026.

BILHÃO, Isabel Aparecida; KLAFKELL, Álvaro Antônio. Do SIRENA ao MEB: articulações entre empresários, Igreja Católica e Estado para a implantação da radioeducação no Brasil (década de 1950). **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ZfsSn3HmXHVp7qqbsbshsJf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2494.htm. Acesso em: 09 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939**. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em: 09 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 12 mar. 2026.

BRASIL. Exército. **Departamento de Educação e Cultura do Exército**. Educação a Distância. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.portaldeeducacao.eb.mil.br/>. Acesso em: 16 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino do 1º e 2º graus. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 24 mar. 2026.



BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 04 mar. 2026.

BRASIL. **Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001.** Institui que os Institutos de Ensino Superior (IES) do Brasil poderão a partir de agora oferecer até 20% de suas disciplinas na forma de cursos não presenciais. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/pdi/files/2016/07/Portaria-MEC-2253-2001.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2026.

BRAUER, Marcus; ALBERTIN, Alberto Luiz. Educação corporativa a distância: por que tanta resistência? **Redige**, v. 1, n. 1, 141-157. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alberto_Albertin/publication/280839302_Educacao_corporativa_adistancia_por_que_tanta_resistencia/links/55c8d3f508aebc967df90492.pdf. Acesso em: 17 mar. 2026.

CÂNDIDO, Edilane Paula e. As interações sociais no Ensino Superior à Distância: a percepção dos alunos, tutores à distância e coordenadores. 2019. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGE-UFRJ). Disponível em: <https://ppge.fe.ufrj.br/dissertacoes2019/dEDILANE%20PAULA%20CANDIDO.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2026.

CARVALHO, João Eduardo de; MAGANO, Fernanda; BERNARDES, Jefferson. A Defesa da Formação Presencial na Psicologia. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão** 45. 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/y8PYm4rgTPKbfPcLkbCBBfG/?lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2026.

CEBRIÁN, Juan Luis. **A Rede**: como nossas vidas serão transformadas pelos novos meios de comunicação. São Paulo: Summus Editorial. 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 624 p.

CHIMENES, Edna Gamboa; PRATES, Gueroohn Camilo Alves. A educação corporativa por meio da tecnologia da informação. **Revista FAE**, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 20 - 30, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/28>. Acesso em: 08 abr. 2026.

CONCEIÇÃO, Cíntia Nascimento de Oliveira. História da Educação e teledramaturgia: a telenovela João da Silva e o diálogo entre educação e entretenimento (1960 -1975). II Congresso Internacional de educação: história, historiografia, políticas e práticas. UNISO, 2018. Disponível em: <https://educacao.uniso.br/assets/docs/producaocientifica/IIcongressointernacionaldeeducacao/resumos.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2026.

COSTA, Mara Alice Bráulio, GUEDES, Paula da Silva, GUERRA, Rosane Saraiva. Desafios da educação a distância online. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 9, set. 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2279>. Acesso em: 24 mar. 2026.

D'ALMEIDA, Alfredo Dias. Ensino Supletivo pela TV: um potencial mal aproveitado. 1988. **Cadernos De Pesquisa**, v. 65, p. 66-71. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1197>. Acesso em: 24 mar. 2026.



FARIA, Adriano Antônio; SALVADORI, Ângela. A educação a distância e seu movimento histórico no Brasil. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 8, n. 1, 2010. Disponível em: <https://unisantacruz.edu.br/v4/download/revista-academica/14/08educacaoadistanciaeoseumovimento-historico-no-brasil.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2026.

FARIA, Adriano Antônio; VECHIA, Ariclê. O Instituto Universal Brasileiro e a gênese da educação a distância no Brasil. **Caderno de Pesquisa: pensamento educacional**, p. 11-130, 2011. Disponível em: https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq13/8%20_o_iub_cp13.pdf. Acesso em: 04 mar. 2026.

FÁVERO, Osmar. MEB - Movimento de Educação de Base. Primeiros tempos: 1961- 1966. *In: V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, Évora*, Portugal, 2004. Disponível em: https://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/09/Historico_1961_1966_Osmar_Favero.pdf. Acesso em: 24 mar. 2026.

FERRAZ, Ernani. Televisão para a educação: um estudo da percepção do Telecurso 2000. **Lumina - Facom/UFJF** - v. 4, n. 1, p. 97-114, jan/jun 2001. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/facom/files/2013/03/R6-Ernani.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2026.

FERREIRA, Joelson Miranda *et al.* Da educação por correspondência à EAD digital: uma linha do tempo da educação a distância no Brasil. **Revista Campo da História**, 2025. Disponível em: <https://ojs.campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/349/236>. Acesso em: 12 mar. 2026.

FOCHESATO, Sidney Alberto; QUADROS, Maria Suelena Pereira de. **Educação corporativa**. IESDE Brasil. Paraná, 2012. 208 p.

FRADKIN, Alexandre. Histórico da TV Pública/Educativa no Brasil. 4.p. *In: CARMONA, Beth; FLORA, Marcos et al. O desafio da TV pública*. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003. 128. p.

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA. TV Cultura, 50 anos. 2019. Disponível em: https://tvcultura.com.br/upload/tvcultura/acontece/20190614171241_50-anos-tv-cultura-interativo.pdf. Acesso em: 05 mar. 2026.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Documento: dois projetos pioneiros de educação a distância. [s.d.].

GAMEZ, Luciano. **A construção da coerência em cenários pedagógicos online**: uma metodologia para apoiar a transformação de cursos presenciais que migram para a modalidade de Educação a Distância. Florianópolis, 2004, 260f. Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção – PPGEP). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_ce5516a5ef49df9e489de987fc5566a4/Details. Acesso em: 24 mar. 2026.

GIACOMAZZO, Graziela Fátima. Educação a distância e Mestrado Profissional: uma análise a partir do PROFMAT. **Revista Intersaberes**, v. 10, n. 21, p. 509 - set/dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/756/503>. Acesso em: 9 abr. 2026.



GUELBERT, Marcelo *et al.* Treinamento e desenvolvimento: mais do que uma vantagem competitiva para as organizações. *In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, 23., 2008, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ABEPRO, 2008. p.2–14. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_tn_stp_072_514_12151.pdf. Acesso em: 08 mar. 2026.

HELDER, Raimundo R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

INEP. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.

JORGE, Adriana Duarte Ferreira. **Roquette-Pinto e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro: coletâneas de documentos**. 2008. Disponível em: https://fiocruz.br/brasiliiana/media/radiosociedade_adrianaduarte.pdf. Acesso em: 03 mar. 2026.

LACERDA, Geovana Grechinski. A detecção das ondas eletromagnéticas: uma abordagem demonstrativa baseada no experimento de Heinrich Hertz. **Anais do Seminário Institucional de Iniciação à Docência do IFSC**, v. 4, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/siid/article/view/4124/5119>. Acesso em: 03 mar. 2026.

LEITE, Thais; OLIVEIRA, Dayane Horwat Imbriani de; COSTA, Maria Luisa Furlan. **Qualidade da educação a distância: investigação de conceitos em revistas científicas sobre a modalidade**. 2024. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/seadco/article/view/30915>. Acesso em: 19 abr. 2026.

LIMA, Alberto Sampaio; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Avaliação de Práticas Pedagógicas Inovadoras em Curso de Graduação em Sistemas de Informação. **REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**. v. 11, p. 104-121, 2013.

LIMA, Maria Sara Pereira; PEREIRA, Silvanis dos Reis Borges; OSÓRIO, Neila Barbosa. A democratização do ensino superior por meio da educação a distância (EAD) no Brasil. **Humanidades & Inovação, Palmas**, v. 10, n. 23, p. [intervalo de páginas], 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8358>. Acesso em: 18 mar. 2026.

LINS, Bernardo Felipe Estellita. A evolução da Internet: uma perspectiva histórica. **Cadernos Aslegis**, v. 48, p. 11-45, Janeiro/Abril 2013. Disponível em: https://www.belins.eng.br/ac01/papers/aslegis48_art01_hist_internet.pdf. Acesso em: 17 mar. 2026.

LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques de Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. e023141-e023141, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 10 abr. 2026.

LÚCIO, Adelina Maria; RODRIGUES, Sandra Regina Tonarelli. Trajetória da educação profissional técnica a distância no Centro Paula Souza. Anos de histórias, em dados. **Doctrina EAD. Grupo de estudo de educação a distância**. jul. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/download/143712/98462/694508>. Acesso em: 12 mar. 2026.



LYTOVCHENKO, Iryna. Corporate university as a form of employee training and development in american companies. **Advanced education**, p. 35-41, 2016. Disponível em: <https://ae.fl.kpi.ua/article/view/62280/67997>. Acesso em: 21 abr. 2026.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EAD**: a educação a distância hoje. São Pearson, 2007. 138 p.

MARCUZZU, Marlei Maria Vedum. A satisfação dos alunos de educação a distância da Universidade Federal de Santa Maria. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) – Santa Maria, RS, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8289/MARCUZZO,%20MARLEI%20MARIA%20VEDUIM.pdf;jsessionid=1B86BFD745A4CA240A18965484F9563F?sequence=1>. Acesso em: 03 mar. 2026.

MARTINS, Letícia Martins de; RIBEIRO, José Luis Duarte. Os fatores de engajamento do estudante na modalidade de ensino a distância. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 249–273, maio 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2018v11n2p249>. Acesso em: 8 abr. 2026.

MATTOS, Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas; SILVA, Maria Cristina da Rosa Fonseca da. Marco regulatório da educação a distância no Brasil de 1961 a 2017: Uma análise histórica– crítica. **EAD em Foco**, v. 9, n. 1, p. e751, 2019. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/751>. Acesso em: 12 mar. 2026.

MEC. **Diagnóstico e desafios para a expansão da EaD no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2022. v.3. Disponível em: https://www.gov.br/mec/ptbr/reunidigital/pdf/REUNIDIGITALVol3_Diagnosticos_e_desafios_expansao_EaD_Brasil.pdf. Acesso em: 21 abr. 2026.

MELO, Paulo Roberto de Sousa; GUTIERREZ, Regina Maria Vinhais. **A internet e os provedores de acesso**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 10, p. 115-172, set. 1999. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/8559?&locale=pt_BR. Acesso em: 17 mar. 2026.

MENELAU, Sueli. Fundamentos do ensino a distância no Brasil. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 63–74, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/39>. Acesso em: 04 mar. 2026.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research and case study applications in education**. São Francisco, CA: Jossey-Bass, 1998.

MEYER, Antônia Izabel da Silva; MONT´ALVERNE, Clara Roseane da Silva Azevedo. Os acontecimentos que marcaram a evolução da educação a distância no mundo e no Brasil. **Revista multidisciplinar e de Psicologia**, v. 14, n. 51 p. 380-392, jun., 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2593>. Acesso em: 04 mar. 2026.

MIRANDA, Gustavo Lima de. **A história da evolução da mídia no Brasil e no mundo**, 2007. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1265/2/20266495.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2026.



MIRANDA, Pauline Vielmo. **A educação a distância por correspondência e a formação profissional de apenados**, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/view/1561>. Acesso em: 18 mar. 2026.

MODES, Josemar Valdir. Ensino teológico a distância: um recurso antigo, significativo e eficiente, mas completamente dependente de seus atores – professores e alunos. **Revista Batista Pioneira**. Ijuí, v. 9, n. 2, p. 361-381, dez. 2020. Disponível em: <https://www.revista.batistapioneira.edu.br/index.php/rbp/article/viewFile/411/438&ved=2ahUKEwiRoof96IOTaxU2qpUCHfM9LF0QFnoECAMQAg&usq=AOvVaw38mS6vOa8CxXftFvy4Y-i>. Acesso em: 03 mar. 2026.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem online**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MULLER, Cláudia Cristina. **EAD nas organizações**. IESDE Brasil. Paraná, 2012. 164 p.

NUNES, Ivônio Barros. A história da EAD no mundo. In: LITTO, Fredrik M.; FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Abed, 2009. Cap. 1. p. 1-8. Disponível em: https://www.abed.org.br/arquivos/Estado_da_Arte_1.pdf. Acesso em: 24 mar. 2026.

OLIVEIRA, Aldimária Francisca P. de *et al.* Educação a Distância no mundo e no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 17, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/17/ead-educacao-a-distancia-no-mundo-e-no-brasil>. Acesso em: 15 mai. 2020.

OLIVEIRA, Cleidinalva Maria Barbosa; LIMA, Eloane Coimbra. **Contexto histórico da educação a distância no estado do Piauí**. 2015. Disponível em: https://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_287.pdf. Acesso em: 04 mar. 2026.

OLIVEIRA, Pedro Rodrigues de; OESTERREICH, Sílvia Aparecida; ALMEIDA, Vera Luci de. Evasão na Pós-Graduação a Distância: evidências de um estudo no interior do Brasil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, p. 1-20, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100307&lng=pt&tng=pt Acesso em: 19 abr. 2026.

OLIVEIRA, Renata Cristiane Romanini de; PEDROSA, José Geraldo. A prática educativa da Universidade do Ar na formação de comerciários no estado de São Paulo (1947-1961). **Anais do 11º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, São João del Rei**, 2014. Disponível em: <https://anpedsudeste2014.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/04/renata-cristiane-romanini-de-oliveira-josc3a9-geraldo-pedrosa.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2026.

PAIVA, Marlúcia Menezes de. As primeiras iniciativas da Teleducação no Brasil: os Projetos SACI e EXERN. **Educação em Perspectiva, Viçosa**, v. 4, n. 2, p. 271-293, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/as-primeiras-iniciativas-da-teleducacao-no-brasil-os-3e0bjlxusp.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2026.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Autonomia e complexidade. **Linguagem & Ensino**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 88-89, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15628>. Acesso em: 19 abr. 2026.



PICONEZ, Stela Conceição Bertholo. Introdução à Educação a Distância: os novos desafios da virtualidade. **Portal do Núcleo de Estudos de EJA e Formação de Professores**. 2003.

REIS, Darianny Araújo dos; NEGRÃO, Felipe da Costa. O uso pedagógico das tecnologias digitais: do currículo à formação de professores em tempos de pandemia. **Revista da FAEEDBA: educação e contemporaneidade**, v. 31, nº 65. Salvador jan./mar. 2022. Epub 25 out. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432022000100174. Acesso em: 08 abr. 2026.

REZENDE, Wanderley Moura; DIAS, Ana Isabel de Azevedo Spinola. Educação a distância e ensino presencial: incompatibilidade ou convergência? **Revista EAD em Foco** - nº 1 - vol.1 - Rio de Janeiro - abril/outubro 2010. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/10>. Acesso em: 19 abr. 2026.

ROCHA, Ariza Maria. A “Hora da Gymnastica”: a radioginástica no programa de governo de Getúlio Vargas (1930-1945). **Revista de estudos brasileiros/primer semestre**, v. 6, n. 12, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7410861>. Acesso em: 04 mar. 2026.

RODRIGUES, Elana Flávia de Sousa; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Educação a distância (EAD): retrospectiva história do seu desenvolvimento no Brasil e no mundo. **Revista Eletrônica Acta Sapientia**, v. 8, n. 1. 2021. Disponível em: <https://actasapientia.com.br/index.php/acsa/article/view/46>. Acesso em: 05 mar. 2026.

SANTOS, Marcos Ricardo Gomes dos *et al.* A Educação à Distância como estratégia educacional nas organizações. VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2010. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/427_Artigo_Estrategia_EAD.pdf. Acesso em: 08 abr. 2026.

SARAIVA, Terezinha. Educação a distância no Brasil: Lições da história. Ano 16, nº 70. Abril/junho 1996. Disponível em: https://www.corais.org/sites/default/files/educacao_a_distancia_no_brasil.pdf. Acesso em: 03 mar. 2026.

SCHUSTER, Ivani *et al.* Educação a distância como uma modalidade de inclusão social. **Revista de Educação do Ideau**, 2025, v. 5, n. 1, p. 01-23. Disponível em: <https://periodicos.ideau.com.br/index.php/rei/article/view/180>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SILVA, Bento Duarte da; TEIXEIRA, Marcelo Mendonça. O rádio na educação: do analógico à internet. 2017. In: Edeméa Santos, Rosemary dos Santos, & Critiane Porto (Eds.). **Múltiplas Linguagens nos currículos** (pp. 281–322). João Pessoa, Brasil: Editora da UFPB. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/entities/publication/c4e48631-bd33-49bb-85d8-7ca57c5aa17c>. Acesso em: 09 abr. 2026.

SILVA, Camila Gonçalves; FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. Ambiente virtual de aprendizagem: comunicação, interação e afetividade em EAD. **Aprendizagem em EAD**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1–16, 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/raead/article/view/3254>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SILVA, Helen Camila; COSTA, Maria Luisa Furlan. A educação profissional e tecnológica na modalidade a distância: história, bases legais e cursos nessa modalidade de ensino. **Revista**



Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 1, n. 12, p. 36–50, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5716/0?articlesBySimilarityPage=51>. Acesso em: 25 mar. 2026.

SILVA, Magda de Souza Santos Melo; MAISSIAT, Jaqueline. A trajetória histórica da Educação a Distância no Brasil: políticas públicas e desafios contemporâneos à luz do Decreto nº 12.456/2025. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. e22690, 2026. DOI: 10.54033/cadpedv23n1-030. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/22690>. Acesso em: 24 mar. 2026.

SILVA, Marco (org.). **Educação online**: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. São Paulo: Loyola, 2003.

SILVA, Mariana Paiva Damascendo; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; MUYLDER, Cristiana Fernandes de. Educação a distância em foco: um estudo sobre a produção científica brasileira. **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**, 16(4) • SÃO PAULO, SP • JUL./AGO. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/NBrjWSWJKnnbgfDjTTxbMth/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 19 abr. 2026.

SILVA, Patrícia Alves do Rego. **TV Tupi, a pioneira na América do Sul**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Especial de Comunicação Social, 2004. 80 p. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/cadernos_comunicacao/memoria/memoria11.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

SILVA, Vâner Lima *et al.* (2021). Formação de professores na modalidade a distância: as metodologias de ensino aplicadas em cursos de Pedagogia. **Revista Paidéi@ - Revista Científica de Educação a Distância**, 13(24). Disponível em: <https://periodicos.unimes.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/view/1232>. Acesso em: 19 abr. 2026.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83/2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 10 abr. 2026.

TORRES, Patrícia Torres; VIANNEY, João. Os paradoxos do ensino superior a distância no Brasil. **Anais dos Foros de Encontro Virtual Educa, Santo Domingo–República Dominicana**. 2010. Disponível em: <https://recursos.educoas.org/sites/default/files/581.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2026.

TORRES, Regina Maria de Fátima. EAD no ensino profissionalizante. *In*: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos. **Educação à distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 196-201. Disponível em: https://www.abed.org.br/arquivos/Estado_da_Arte_1.pdf. Acesso em: 24 mar. 2026.

TORVES, José Carlos. **Televisão Pública**. Porto Alegre: Editora. Evangraf, 2007. 184 p.



VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista**, v. 41, p. e49377, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469849377>. Acesso em: 27 mar. 2026.